



Cadê a prova? Por 3 votos a 0, TRF 4 mantém condenação de Lula

Recurso foi julgado nesta quarta-feira, em Porto Alegre, pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região



Decisão unânime do TRF4 restringe possibilidade de recursos por parte da defesa de Lula

Por 3 votos a 0, a 8ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, em julgamento de recurso impetrado pela defesa do ex-presidente Lula contra sentença condenatória de Sérgio Moro, manteve a condenação da primeira instância pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro.

O primeiro a declarar seu voto foi João Pedro Gebran, que antes de avaliar o mérito havia rejeitado as preliminares interpostas pelas defesas dos réus. Sobre a imputação do crime de lavagem de dinheiro relativa ao apartamento do Guarujá, afirmou que a transferência da posse “não é essencial pra caracterizar este

crime, justamente porque o contexto se mostra compatível com propósito de ocultar ou dissimular o bem”. Segundo ele, é o mesmo que Lula tivesse colocado o imóvel em nome de um laranja, no caso, a OAS.

O relator corroborou as teses do juiz Sérgio Moro em sua sentença, e ainda justificou atitudes do magistrado tidas como ilegais por parte da comunidade jurídica. Enquanto analisava o mérito da ação em seu voto, rejeitou o fato de que a quebra de sigilo telefônico do escritório dos advogados de Lula tenha sido um ato parcial e inconstitucional de Moro. “Não houve tentativa de monitorar ilegalmente os advogados”, disse. Ao fim, Gebran ainda aumentou a pena para 12 anos e um mês, inicialmente estabelecida em 9 anos e seis meses.

O revisor da ação, Leandro Paulsen, acompanhou o voto do relator em favor da manutenção da condenação pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Paulsen também seguiu o relator na dosimetria, mantendo o aumento determinado em relação à decisão de Moro.

Terceiro desembargador a votar, Victor Laus, também iniciou sua participação rejeitando as preliminares apresentadas pela defesa. Ele contestou as críticas à utilização de depoimentos dos delatores Leo Pinheiro e Agenor Franklin, réus no mesmo processo, contra o ex-presidente Lula. “Assim como uma testemunha não pode ser considerada isoladamente, o único fato de o cidadão acusado ter cooperado com Justiça não desqualifica a sua fala”, disse.

Laus elogiou ainda o juiz federal Sergio Moro, qualificando-o como “talentoso, corajoso, brilhante, que teve e tem diante de si uma complexa análise de casos”. Ao fim, seguiu o voto de Gebran e Paulsen rejeitando o recurso da defesa de Lula, mantendo a condenação e aumentando a pena de Lula.

Argumentos da defesa

Cristiano Zanin, advogado do ex-presidente, afirmou que o processo é nulo e que, na sentença, não foi feita prova da culpa, mas sim, da inocência do ex-presidente. Na alegação, ele apontou uma série de inconsistências no processo.

O advogado embasou a apelação ao defender que houve cerceamento de defesa, problemas na escolha da jurisdição e parcialidade do juiz federal Sérgio Moro, responsável pelo processo em primeira instância.

A defesa apontou para a falta de correlação entre a denúncia e a sentença. “O juiz de primeiro grau construiu uma acusação própria. Ele deixou de lado a denúncia. O que se vê na sentença é uma completa distorção”, defendeu.

Zanin também criticou o conceito de tipicidade do crime de corrupção passiva. “O crime de corrupção passiva se tipifica quando o funcionário público recebe uma vantagem indevida. Então é preciso estabelecer o nexu. Aqui na sentença, o juiz diz que houve atos de ofício indeterminados. Significa reconhecer que não há atos de ofícios nesse processo. Crimes não pode ser fluidos.”

Antes de Zanin, falaram os advogados René Dotti – assistente da acusação e que representa a Petrobras –, Fernando Augusto Henriques Fernandes – defensor do ex-presidente do Instituto Lula Paulo Okamoto. As demais defesas abriram mão das manifestações.

Com a decisão unânime, fica excluída a possibilidade de haver embargos infringentes, restando apenas os de declaração, que serão votados pelos mesmos magistrados. O acórdão da sessão de julgamento da apelação criminal de Lula deve ser divulgado na próxima semana.

‘Quem foi condenado é o povo brasileiro’, diz Lula na Praça da República

Lideranças reunidas contra a perseguição a Lula apontam a disposição de luta para defender o direito do ex-presidente ser candidato. ‘Tudo tende a piorar quando eles consagrarem a reforma da Previdência’, destacou Lula



#PovoComLula -Lula: hoje falaram 10 horas seguidas, e não tem um crime (mídia ninja)

“Este é um ato em defesa do Brasil. Eu nunca tive nenhuma ilusão com o resultado do julgamento. Quem está no banco dos réus é o Lula. Mas quem já foi condenado é o povo brasileiro. Tudo tende a piorar quando eles consagrarem a reforma da Previdência”, disse o ex-presidente Luiz Inácio

Lula da Silva, em ato em defesa da democracia na Praça da República, no centro de São Paulo. De acordo com os organizadores, o ato reunia cerca de 50 mil pessoas por volta de 20h, pouco antes do discurso do ex-presidente.

Lula foi condenado hoje (24) por unanimidade



Ao lado de nomes como a ex-presidenta Dilma Rousseff, Lula falou para mais de 60 mil pessoas, em Porto Alegre, um dia antes do julgamento

em segunda instância, por três votos a zero, pela 8ª Turma do Tribunal Federal da 4ª Região (TRF4). “Hoje falaram 10 horas seguidas, leram não sei quantas páginas e não tem um crime. Se apresentarem crime, eu desisto da candidatura. Eu agora quero ser candidato à Presidência da República. Eu agora tenho vontade de ser”, disse ainda o ex-presidente.

Representantes de movimentos sociais criticaram a sentença e desafiaram quem tentar prender Lula. “Nós vamos rasgar a sentença porque ela não representa o pensamento do povo brasileiro. Mais do que isso, nós temos direito à desobediência civil e à resistência”, afirmou o líder do MST (sem-terra) Gilmar Mauro. “Se quiserem prender Lula, terão de prender milhões de militantes por este país afora”, acrescentou, falando em união de setores progressistas. “Apesar das nossas diferenças, e temos muitas, estamos construindo a unidade de fato.”

O líder do MTST (sem-teto) Guilherme Boulos chamou o julgamento de “farsa, em que três cidadãos passaram o dia falando sem conseguir apresentar nenhuma prova contra este cidadão que está aqui”, afirmou, ao lado de Lula e chamando os desembargadores de “anões jurídicos”.

“O bicho vai pegar”

Segundo ele, o dia traz uma lição: “Eles ultrapassaram a linha vermelha, passaram dos limites. (Isso) leva o povo à radicalização e deixa a rua como única alternativa. Não existe espaço para hesitação, para recuo”.

Anunciando quatro rodovias bloqueadas em São Paulo, Boulos disse que muitas outras virão. “Chega do tempo de obediência. Se tentarem prender, pô o dedo neste senhor (Lula), o bicho vai pegar neste país.”

Por volta de 20h50, o ex-presidente deixou o local, enquanto parte dos manifestantes saiu em marcha em direção à Avenida Paulista, subindo a Rua da Consolação. O senador Lindbergh Farias (PT-RJ), Boulos e o presidente da CUT-SP, Douglas Izzo, comandaram a atividade. A Polícia Militar acompanhou todo o trajeto. Não houve incidentes.

Por volta de 21h30 a marcha alcançou a Paulista e em seguida chegou ao vão livre do Masp. A dois quarteirões dali, um grande efetivo policial, com aproximadamente 20 veículos, guardava o quarteirão da Paulista onde fica o prédio da Federação das Indústrias do Estado (Fiesp). A mobilização policial permanecia mesmo após a dispersão dos manifestantes, depois das 22h.

O senador disse ao fim da marcha que o país não vive mais uma ordem democrática. “Isso força a esquerda a se reorganizar, sem apostar tudo na institucionalidade. Normalidade democrática (no país) foi regra, não exceção. Estamos prontos para lutar. Para prender Lula, tem de prender a gente”.

Unidade da esquerda

Para o presidente da CUT, Vagner Freitas, os juízes do TRF4 tomaram uma atitude impensável, que leva a um enfrentamento. “Nós vamos derrubar essa medida nas ruas. Lula será lançado candidato amanhã”, afirmou, destacando o anúncio da candidatura à Presidência, que

deve ocorrer nesta quinta-feira (25), em reunião da direção nacional do PT. “Hoje foi julgada a Justiça brasileira”, disse ainda. O presidente da CUT considera que se insistirem na votação da reforma da Previdência, em 19 de fevereiro, “vamos construir a maior greve geral da história deste país”.

Também representavam as centrais sindicais o presidente da CTB, Adílson Araújo, Sérgio Luiz Leite, o Serginho, 1º secretário da Força Sindical; Luiz Gonçalves, o Luizinho, presidente da Nova Central em São Paulo, e Edson Carneiro, o Índio, secretário-geral da Intersindical. Fizeram discursos representantes do PT, PCdoB, Psol e PCO.

“Essa ditadura que está colocada será enfrentada por nós. A aparente derrota é válvula propulsora de nossa mobilização”, disse na Praça da República a presidenta do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp), Maria Izabel de Azevedo Noronha, a Bebel. “Há uma fissura na democracia brasileira”, acrescentou.

“Hoje é um momento triste. Não foi totalmente inesperado, mas sempre havia um pouco de esperança. Falhas no processo apontadas inclusive por juristas conservadores. O capital financeiro é que comandou esse golpe”, avaliou o ex-ministro das Relações Exteriores Celso Amorim, que deverá ser candidato ao governo do Rio de Janeiro.

“Se os desembargadores pensam que essa decisão tirou Lula do jogo, estão completamente enganados”, disse o presidente estadual do PT e ex-prefeito de São Bernardo do Campo, Luiz Marinho, que fez um apelo à unidade da esquerda

já no primeiro turno das eleições deste ano para a presidência da República.

Lindbergh Farias disse em seu discurso que daqui a 30 ou 40 anos o país se lembrará desta data. “O julgamento não foi do Lula. Hoje, eles acabaram com a democracia brasileira e com o pacto construído na Constituição de 1988 por todos os partidos e todos os grupos. Primeiro, rasgaram mais de 54 milhões de votos, segundo, rasgaram a Constituição com a Emenda 95 (de teto dos gastos públicos). Agora, querem transformar a eleição em uma fraude, em um jogo de cartas marcadas. Querem tirar o representante do povo que lidera todas as pesquisas. Não vivemos mais em uma democracia no Brasil, é preciso que saibamos disso de uma vez por todas”, disse o senador.

Ele fez referência a ligações do golpe institucional promovido pelo judiciário com os interesses dos norte-americanos. “Você sabe que na história ainda vamos entender o real papel dos Estados Unidos. Lembro quando Lula anunciou o pré-sal, os Estados Unidos colocaram frota no Atlântico Sul. O Brasil foi espionado, os Estados Unidos participaram da conspiração contra Getúlio. Em 1964, o presidente norte-americano colocou tropas à disposição do golpe”, afirmou. O senador disse ainda que o “Judiciário conspira pelas elites contra o povo trabalhador”.

Fonte: Rede Brasil Atual